



SITIANDO FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE INCENTIVO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Linha Temática: Línea 5. Políticas nacionales y gestión institucional para la reducción del abandono. • Programas de incentivo al acceso.

Tipo de comunicação: Oral.

DENTZ, Marta von ¹

KERN, Francisco Arseli ²

SANTOS, André Michel dos ³

GRAEFF, Betina Alves ⁴

Resumo: As formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior brasileiro são em considerável proporção permeadas por configurações globalizantes. Esta interferência global causa mudanças nas políticas e nas práticas educativas nacionais (DALE, 2004). Os efeitos sobre o Ensino Superior em geral, se dão por vias indiretas, por influências sobre o Estado e sobre o modo de regulação que a globalização possui (DALE, 2004). Essa perspectiva, entre outros pressupostos, enfatiza “a centralidade da economia capitalista no processo de globalização, entende o global como o conjunto de forças econômicas que operam supranacional e transnacionalmente, e discute os processos que levam à imposição de prioridades por parte de alguns Estados sobre outros” (AFONSO, 2003, p. 41). O crescente papel de organizações internacionais (Banco Mundial, OCDE, UNESCO, etc.) tem desafiado a capacidade do Estado contemporâneo brasileiro. Tais influências redefinem o sistema educacional, com maior incidência no final dos anos de 1980 e década de 1990, as quais estão se consolidando neste século XXI. Sendo assim, **em que medida a constituição deste cenário perfaz as novas formas de incentivo e acesso ao Ensino Superior no Brasil? Que debates têm sido produzidos em torno desta questão?** As problematizações antepostas oportunizam, neste breve estudo, situar este debate na contemporaneidade. Para tanto, operamos com a argumentação de que o Ensino Superior brasileiro é constantemente redimensionado a partir de interesses antagônicos, sobretudo econômicos e mercadológicos. **Tomando como ponto de partida estudos, leituras, realizadas acerca de políticas e programas de incentivo e acesso ao ensino superior e outros aportes teóricos críticos - instrumentalizados metodologicamente pela via qualitativa** - propomos organizar este aprofundamento em três momentos. Inicialmente, produziremos uma breve historicização do Ensino Superior brasileiro, contextualizando as formas de incentivo e acesso a este Ensino implementadas em nosso tempo. A seguir, em um exercício de mapeamento, buscaremos visualizar a expansão do Ensino Superior enquanto dados estatísticos encontrados em

¹ Doutoranda em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. E-mail: martavondentz@gmail.com

² Coordenador do Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. E-mail: francisco.kern@pucrs.br

³ Doutorando em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. E-mail: andremicheldossantos@gmail.com

⁴ Doutoranda em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. E-mail: betinaagraeff@hotmail.com

relatórios técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ao final, sistematizaremos algumas interrogações críticas acerca deste cenário, posicionando-o na perspectiva da “educação para além do capital” sinalizada por István Mészáros (MÉSZÁROS, 2005) e inserida na “cultura do novo capitalismo” aprofundada pelo sociólogo Richard Sennett (SENNETT, 2006). Neste breve exercício, temos como objetivo **“sitiar as formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior Brasileiro”** contribuindo assim nos debates referentes ao incentivo, acesso, permanência e redução do abandono no Ensino Superior brasileiro.

Palavras-chave: Ensino Superior brasileiro, Acesso, Expansão, Permanência, Evasão.

“Em nenhum outro momento da história tem sido mais importante do que agora investir no Ensino Superior, por sua condição de força para a construção da sociedade do conhecimento inclusiva e diversificada para promover a investigação, a inovação e a criatividade” [Tradução nossa] (UNESCO, 2009, p. 2).

1 Introdução

O excerto escolhido para iniciar esta incursão acerca do Ensino Superior brasileiro, sobretudo as formas contemporâneas de incentivo ao acesso a esta educação, possibilita uma grade de inteligibilidade sugestiva. A Conferência Mundial sobre a Educação Superior ocorrida em 2009 na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris discutiu “A nova dinâmica da Educação Superior e a investigação para a mudança social e o desenvolvimento” [Tradução nossa]. O documento publicado, a partir da Conferência, ressalta que as experiências passadas demonstraram como o Ensino Superior e a investigação contribuem para erradicar a pobreza, fomentar o desenvolvimento sustentável e avançar nos objetivos de desenvolvimento acordados em âmbito internacional de uma educação para todos (UNESCO, 2009).

A Conferência mencionada sugere à percepção de que problematizações acerca de “uma agenda globalmente estruturada para a educação” (DALE, 2004) vem se ampliando paulatinamente. De modo que com as configurações globalizantes, sobretudo países em desenvolvimento, passam a obter delineamentos internacionais no que se refere a objetivos, políticas, planejamentos, investimentos, neste caso, ao Ensino Superior. São forças econômicas ultrapassando fronteiras nacionais, numa perspectiva de cultura educacional universalista. Supostamente ideologias dominantes moldam e até mesmo relativizam autonomias nacionais. Esta interferência global causa mudanças nas políticas e nas práticas educativas nacionais (DALE, 2004).

Os efeitos sobre o Ensino Superior em geral, se dão por vias indiretas, por influências sobre o Estado e sobre o modo de regulação que a globalização possui (DALE, 2004). Essa perspectiva, entre outros pressupostos, enfatiza “a centralidade da economia capitalista no processo de globalização, entende o global como o conjunto de forças econômicas que operam supranacional e transnacionalmente, e discute os processos que levam à imposição de prioridades por parte de alguns Estados sobre outros” (AFONSO, 2003, p. 41).

A menção inicial à Conferência da UNESCO em 2009, dentre outras peculiaridades, sinaliza para o crescente papel de organizações internacionais (Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, UNESCO, etc.) que tem desafiado a capacidade do Estado contemporâneo brasileiro. Tais influências redefinem o sistema educacional, com maior incidência no final dos anos de 1980 e década de 1990, as quais estão se consolidando neste século XXI. Sendo assim, em que medida a constituição deste cenário perfaz as novas formas de incentivo e acesso ao Ensino Superior no Brasil? Que debates têm sido produzidos em torno

desta questão? Quais as estratégias de incentivo a permanência neste ensino? As formas de incentivo, acesso e permanência tem possibilitado a redução do abandono no Ensino Superior Brasileiro?

As problematizações antepostas oportunizam, neste breve estudo, situar este debate na contemporaneidade. Para tanto, operamos com a argumentação de que o Ensino Superior brasileiro é constantemente redimensionado a partir de interesses antagônicos, sobretudo econômicos e mercadológicos. Tomando como ponto de partida estudos, leituras realizadas e outros aportes teóricos - propomos organizar este aprofundamento em três momentos. Inicialmente, produziremos uma breve historicização do Ensino Superior brasileiro, contextualizando as formas de incentivo e acesso a este Ensino implementadas, sobretudo, em nosso tempo. A seguir, em um exercício de mapeamento, buscaremos visualizar a expansão do Ensino Superior enquanto dados estatísticos encontrados em relatórios técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ao final, sistematizaremos algumas interrogações críticas acerca deste cenário, posicionando-o na perspectiva da “educação para além do capital” sinalizada por István Mészáros (MÉSZÁROS, 2005) e inserida na “cultura do novo capitalismo” aprofundada pelo sociólogo Richard Sennett (SENNETT, 2006). Ainda, neste íterim, realizaremos algumas problematizações no intuito de perceber os modos pelos quais as políticas de acesso e incentivo ao Ensino Superior vem (im) possibilitando a permanência dos estudantes bem como a redução do abandono neste processo. Neste breve exercício, temos como objetivo “situar as formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior Brasileiro”.

2 Contextualizando as formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior Brasileiro: breve historicização

Em um breve exercício retrospectivo do Ensino Superior, o Brasil pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. Até o início do século XIX inexistia Ensino Superior no território brasileiro. Outras formas permearam este espaço, “a Universidade de Coimbra, no dizer de Anísio Teixeira, foi a “primeira universidade”: nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil”. O período imperial foi marcado por vários projetos de universidade - período entre 1808 a 1889 - sendo que, em mais de meio século não se criaram novas faculdades (TEIXEIRA, 1989).

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920. Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades [...] A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, igualmente deu continuidade a tais discussões culminando com a publicação de “O problema universitário brasileiro” (OLIVEN, 2002, p 26).

A instituição de universidades durante o governo Vargas “definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada” (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 4). Após a criação do Ministério da Educação na década de 1930, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras – 1931, o qual vigorou por trinta anos, até 1961. Nele ficava estabelecido que “a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras” (OLIVEN, 2002, p. 27).

A criação da Universidade de São Paulo em 1934 representou um marco na história do Ensino Superior, tornando-se o maior centro de pesquisas do Brasil. Resumidamente entre 1930 e 1964 foram criadas “22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais”. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma

universidade pública federal. Também foram criadas “9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana” (SAMPAIO, 2000). Concomitantemente, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se a mobilização dos universitários e a criação, em 1938, União Nacional dos Estudantes - UNE (OLIVEN, 2002, p 27).

Apesar de tudo, podemos tratar esse período como uma das primeiras experiências de expansão do sistema. Ao contrário do crescimento do setor privado, o que se pretendia era a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, que associassem o ensino à pesquisa, com foco no desenvolvimento do país, aliado às classes populares na luta contra a desigualdade social no ensino superior (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 5).

Sinalizamos a criação e atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), ambos criados em 1951 (OLIVEN, 2002, p. 35). Após longa tramitação, sublinhamos também, em 1961, a promulgação da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira⁵. Sucessivamente, adentrando o Brasil em regime militar, ressaltamos um período “marcado pelas reivindicações, por mudanças sociais, políticas e culturais e terminou com a destruição do movimento estudantil pelo governo militar. As universidades ficaram sob a vigilância do governo por mais de 10 anos” (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 5).

Durante esse período, tanto o setor público quanto o setor privado foram beneficiados com os resultados da política econômica do regime militar. No Brasil, ao contrário de alguns países da América Latina, a repressão política promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. O número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 6).

A década de 1980 foi sinalizada com “76,5% das matrículas no ensino superior” que se concentravam no Ensino Superior Privado, sendo que as Universidades Federais tinham um percentual de “apenas 16% das matrículas⁶” (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 6).

Rebuscados aspectos pontuais e gerais acerca do Ensino Superior brasileiro até aproximarmos da década de 1980, vale ressaltar que atualmente o que rege e estrutura este ensino é um conjunto de dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 como também pela Lei nº 9.135/95, que criou o Conselho Nacional de Educação, além de Decretos, Portarias e Resoluções. A Constituição determina “o dever do Estado em garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa”; estabelece que o ensino deve “ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência” (BRASIL, 1988).

No que se refere ao acesso, ingresso no Ensino Superior historicamente ocorria somente através do Exame Vestibular. Anualmente, cada universidade realizava o exame sendo que o número de vagas era estabelecido por cada instituição de ensino superior pública ou particular. Contemporaneamente, outras formas de acesso têm sido introduzidas, sobretudo salientamos o Exame Nacional de Ensino Médio⁷ (SOARES, 2002, p. 112). Neste viés, pontuamos inclusive a

⁵ “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado” (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 5).

⁶ “Entre 1985 e 1990, aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49. Essa multiplicação não foi positiva para o ensino como um todo e nem para a clientela que dela fazia uso” (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 7).

⁷ “O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram

evolução de matrículas, entre os anos 1990 e 2000, nos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior. O crescimento, nesta década, foi “de 75%, sendo, entretanto, decrescente a participação da rede federal. O resultado disso foi que, chegado o ano 2000, apenas 33% dos alunos universitários estavam ligados a universidades públicas”. Foi marcante “o crescimento das redes estaduais e privadas cujas matrículas aumentaram 71% e 88%, respectivamente⁸” (SOARES, 2002, p. 119). Alguns fatores explicam o aumento do ingresso no Ensino Superior: “quase universalização do ensino fundamental e o aumento das taxas de promoção e conclusão do ensino médio; as exigências do mercado de trabalho por níveis mais elevados de escolaridade e as vantagens sociais e econômicas proporcionadas pela obtenção de um diploma de curso superior” (SOARES, 2002, p. 123).

Como propomos contextualizar as formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior brasileiro, aproximando-nos das políticas públicas destinadas à ampliação desse acesso, recordamos a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001.

[...] a qual estabelecia a necessidade de ampliação das matrículas no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos de 12% para 30%. Segundo o próprio PNE, os 12% de matrículas colocavam o Brasil numa posição de desvantagem na América Latina, inclusive comparando-o com países em situação econômica inferior, como são os casos de Argentina, Chile, Venezuela e Bolívia, nos quais os índices de matrículas no ensino superior são, respectivamente, 40%, 20,6%, 26% e 20,6%. Além disso, 40% das matrículas deveriam se concentrar no setor público (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 9).

Referente às formas recentes de acesso ao Ensino Superior, Santos; Cerqueira (2009, p. 12), em breve exercício de sistematização à página eletrônica do MEC, encontraram vinte programas/ações direcionadas ao Ensino Superior e as apresentaram em cinco categorias. Neste estudo, sinalizamos apenas uma categoria evidenciada pelos autores: programas/ações de acesso e permanência. Nela são destacados: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior⁹ (FIES); o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) redimensionado em 2009 e adotado pelas IES como etapa única ou parcial para recrutamento de novos alunos; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), datado de 2007; o Plano Nacional de Assistência Estudantil¹⁰ (Pnaes) - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005, objetivando a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio de parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo.

Do incentivo e acesso ao Ensino Superior no Brasil pontuamos ainda: o Programa Universidade Para Todos (Prouni), programa criado pelo Governo Federal em 2004 - oferecendo bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior,

implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio” (INEP, 2011).

⁸“A demanda por ensino superior no Brasil voltou a crescer, nos últimos anos, após ter permanecido estagnada na década de 1980. Um dos indicadores desse aumento é a progressão do número candidatos inscritos no vestibular, cujo número dobrou só na última década, passando de 1.905.293, em 1990, para 3.826.293, em 2000” (SOARES, 2002, p. 122).

⁹“Criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, substituiu o antigo Crédito Educativo. Objetiva financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com as mensalidades do seu curso” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 12). O Fundo de Financiamento é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99.

¹⁰Incentivo à “permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Pretende viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, ao esporte, creche e apoio pedagógico” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 12).

em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior; as políticas públicas de ações afirmativas, que objetivam corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas historicamente. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país¹¹.

Como balizamento, o Ensino Superior brasileiro possui, por metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024: meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público; meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores; meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Neste percurso de menos de um século de história, embora evidenciado de maneira rápida e pontual, podemos notar tentativas de democratização do Ensino Superior brasileiro. A partir da década de 1990, mais acentuadamente nos anos 2000, há uma intensificação das formas de incentivo e acesso a esta Educação. Propomos, de pronto, avançar no itinerário textual para, a partir do exercício de mapeamento que segue poderemos realizar algumas problematizações.

3 Exercício de mapeamento da expansão do Ensino Superior Brasileiro

As pontuações supracitadas evidenciaram, dentre outros aspectos, alguns quantitativos pertinentes de serem resgatados. Vejamos que: estatísticas de 1933, mostraram que as instituições privadas respondiam por cerca de 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior, com 33.723 alunos (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 4); até 1964 o Brasil contava com 22 universidades federais e 9 privadas (SAMPAIO, 2000); o número de matrículas, em 1960 passou 95.961 para 134.500 em 1980 (SANTOS, CERQUEIRA, 2009); identificamos que a década de 1980 foi marcada por 76,5% das matrículas no Ensino Superior Privado, sendo que as Universidades Federais tinham um percentual de apenas 16% das matrículas (SANTOS, CERQUEIRA, 2009); percebemos a evolução de matrículas, entre os anos 1990 e 2000, com crescimento de 75%, sendo, entretanto, decrescente a participação da rede federal. Em 2000, apenas 33% dos alunos universitários estavam ligados a universidades públicas (SOARES, 2002, p. 119).

A partir de agora propomos continuar mapeando a expansão do Ensino Superior trazendo estatísticas, sobretudo contemporâneas (a partir de 1990), consoante relatórios técnicos do INEP.

Tabela 1: Quantitativo estudantil por instituição (1990-2000)

¹¹ Extraído em 26 de junho de 2016 desde <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-aco-es-afirmativas>.

Evolução da população estudantil por tipo de instituição - 1990-2000

Ano	Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	Privada (%)	Total (%)
1990	308.867 (20,0)	94.417 (10,6)	75.341 (4,8)	961.455 (62,4)	1.540.080 (100)
1991	320.135 (20,4)	202.315 (12,9)	83.286 (5,3)	959.320 (61,2)	1.565.056 (100)
1992	325.884 (21,2)	210.133 (13,6)	93.645 (6,0)	906.126 (59,0)	1.534.788 (100)
1993	344.387 (21,5)	216.535 (13,5)	92.594 (5,8)	914.152 (57,3)	1.567.668 (100)
1994	363.543 (21,8)	231.936 (13,9)	94.971 (5,7)	970.584 (58,4)	1.661.034 (100)
1995	367.531 (20,8)	239.215 (13,5)	93.794 (5,3)	1.059.163 (60,1)	1.759.703 (100)
1996	388.987 (20,8)	243.101 (13,0)	103.339 (5,5)	1.133.102 (60,6)	1.868.529 (100)
1997	395.833 (20,3)	253.678 (13,0)	109.671 (5,6)	1.186.433 (60,6)	1.945.615 (100)
1998	408.640 (19,2)	274.934 (12,9)	121.155 (5,6)	1.321.229 (62,1)	2.125.958 (100)
1999	442.562(18,6)	302.380(12,7)	87.080 (3,6)	1.537.923 (64,8)	2.369.945(100)
2000	482.750(17,9)	332.104 (12,0)	72.172 (2,6)	1.807.219 (67,0)	2.694.245(100)

Fonte: INEP (www.inep.gov.br)

Se, em 1980 havia 134.500 matrículas (SANTOS, CERQUEIRA, 2009), a década de 1990 mostra a ampliação da população estudantil. Permanece, todavia, a predominância da instituição privada com número muito maior de estudantes. À evolução de estudantes no Ensino Superior pontuamos o quantitativo de concluintes, desta mesma década, para podermos visualizar a permanência e fazer um contraponto com o quantitativo que realmente levou o Ensino Superior a cabo.

Tabela 2: Número de concluintes da graduação por tipo de instituição

Evolução do número de concluintes de cursos de graduação por tipo de instituição 1990-2000

Ano	Dependência			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1990	38.594	26.777	12.483	152.352
1991	38.634	28.031	14.606	155.106
1992	39.133	26.934	14.123	154.077
1993	41.420	29.219	14.243	155.387
1994	42.753	31.138	13.971	158.025
1995	46.187	33.714	15.050	159.450
1996	49.667	34.693	15.460	160.404
1997	51.419	38.731	15.932	168.302
1998
1999	52.787	40.725	11.848	195.401
2000	59.098	43.757	9.596	212.283

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Se compararmos a Tab. 1 com a Tab. 2 fica notório o fato de que o quantitativo de estudantes que concluíram o Ensino Superior na década de 1990 foi fortemente pequeno se comparado com os estudantes egressos. O número de alunos que concluíram os cursos universitários no Ensino Superior privado foi, proporcionalmente, menor dos que nas instituições públicas, estaduais e federais. A população estudantil dos cursos de graduação concentrava-se, no ano de 2000, em instituições privadas: 67% dos universitários brasileiros. No mesmo ano, as instituições públicas federais atendiam 17,9% dos alunos e, as estaduais, 12,3%. Observamos, em todo o percurso realizado, a predominância da categoria privada, sendo que em 2013 ela representou 87,4% do total das IES. De acordo com relatório técnico de INEP, “para cada instituição pública, existem aproximadamente sete instituições privadas” (BRASIL/INEP, 2015, p. 14).

Sumarizando alguns estatísticos destacamos, consoante Carmo et al (2014, p. 309) que, “em 2001 havia, em todo o Brasil, 3 milhões de estudantes universitários. Em 2010, este quantitativo saltou para 5,4 milhões”. A abertura de novas universidades e de novos cursos, por meio do Reuni, como também a ampliação dos já existentes, “colocou nas universidades públicas um considerável quantitativo de novos estudantes, mas esse incremento não se mostra tão expressivo, proporcionalmente. Em razão do crescimento contínuo do ensino superior privado, que ocorreu para atender a constante demanda da sociedade por cursos universitários”. Para atender a demanda reprimida, vejamos a ampliação do número de Instituições de Ensino Superior (IES) nos anos 2001 a 2010:

Tabela 3: Número de IES no Brasil – 2001 a 2010

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2001	1.391	67	63	53	1.208
2002	1.637	73	65	57	1.442
2003	1.859	83	65	59	1.652
2004	2.013	87	75	62	1.789
2005	2.165	97	75	59	1.934
2006	2.270	105	83	60	2.022
2007	2.281	106	82	61	2.032
2008	2.252	93	82	61	2.016
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100

Fonte: Brasil. Inep.

No início da década seguinte, 2010, “entraram 2.182.229 novos alunos em cursos de graduação, o que corresponde a um aumento superior a 100% em relação ao ano 2000. As matrículas nas universidades federais tiveram, proporcionalmente, a maior elevação no número de ingressos – 140%” (CARMO, et al, 2014, p. 310). Das políticas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior pontuamos de 2003 a 2014: criação de 18 novas universidades federais; criação de 173 câmpus de universidades federais em cidades do interior do país; lançamento, em 2003, do Programa de Extensão Universitária (Proext); criação, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); criação, em 2013, do Programa de Bolsa Permanência para estudantes das universidades federais; criação do Programa de Bolsa Permanência, para estudantes bolsistas do Prouni; aprovação, em 2012, e implantação, a partir de 2013, da Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio; democratização do acesso à universidade, com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio nos processos seletivos (BRASIL/MEC, 2014, p. 15).

A abordagem concernente à expansão do Ensino Superior brasileiro permite perceber que as estratégias de acesso, incentivo e permanência neste ensino foram inúmeras e diversificadas, principalmente a partir dos anos 2000. Diferentes formas de democratização deste ensino foram pautadas e concretizadas permitindo o acesso e a permanência à universidade, permitindo o acesso e a permanência ao Ensino Superior àquele contingente populacional historicamente mais distante desse acesso: aos negros, aos pobres, aos indígenas, aos migrantes, entre outros.

4 Sistematizações a partir de algumas interrogações críticas

Tendo em consideração as sinalizações realizadas, sistematizaremos algumas interrogações críticas acerca deste cenário. Referente às formas de acesso e incentivo ao Ensino Superior, a permanência dos estudantes bem como a redução do abandono neste processo se fazem pertinentes. Embora a expansão deste ensino seja notória, o abandono ou então a evasão no Ensino Superior “é um fenômeno complexo e, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais

amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono de um curso superior” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 355).

No período compreendido entre 2000 e 2005, no conjunto formado por todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, a evasão média foi de 22% e atingiu 12% nas públicas e 26% nas particulares. Revelou que são poucas as instituições que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem sucedidas (SILVA FILHO, 2007, p. 641).

Frente aos avanços e lacunas evidenciados neste itinerário, propomos dialogar na perspectiva da “educação para além do capital” sinalizada por István Mészáros (MÉSZÁROS, 2005) e inserida na “cultura do novo capitalismo” aprofundada pelo sociólogo Richard Sennett (SENNETT, 2006). Aspectos direcionados às formas de incentivo e acesso ao Ensino Superior, sobretudo fomentadas a partir da década de 1990, catalisam o dever do Estado em garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa? Princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência no Ensino Superior têm caracterizado tais formas?

A partir da menção realizada na epígrafe inicial, acerca da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, se fazem oportunas algumas problematizações. Sob quais condicionantes a contemporaneidade tem sido propícia para investir na Educação Superior? Por que em nenhum outro momento da história tem sido mais importante do que agora investir neste ensino? A condição de força do Ensino Superior para a construção da sociedade do conhecimento inclusiva e diversificada coaduna com os entendimentos da cultura do novo capitalismo sinalizada por Richard Sennett? E ainda, os modos pelos quais as formas de incentivo e acesso a este ensino tem sido materializada contribuem para a mudança social?

A construção da sociedade do conhecimento inclusiva e diversificada, inovadora, criativa (UNESCO, 2009) aproxima-se sobremaneira da propositiva analítica aprofundada pelo sociólogo Richard Sennett. A cultura do novo capitalismo, tal como caracteriza o pesquisador, elucida um modo de vida cada vez mais superficial, onde a instabilidade demonstra ser a única constante. Há um repúdio ao esforço e ao compromisso construídos pela sociedade artesanal, dando ênfase ao “triunfo da superficialidade” e a uma “cultura debilitada” (SENNETT, 2006, p. 180). Na cultura do novo capitalismo, conceitos como aptidões portáteis, vulnerabilidades permanentes, sociedade das capacitações são intensificados em cenários de forte flexibilidade. Essas condições potencializam a composição de uma agenda educativa demarcada pela inovação permanente e pela inserção privilegiada do empreendedorismo consolidando o capitalismo flexível (SILVA, 2015).

Buscando possibilidades de problematizar o Ensino Superior no contexto do capitalismo contemporâneo e, considerando o Estado contemporâneo de inspiração neoliberal, políticas governamentais possuem conotações essencialmente compensatórias, com programas focalizados, voltados àqueles que não usufruem do progresso social. Tais ações não se propõem a alterar as relações estabelecidas na sociedade (HÖFLING, 2001). A Educação, como possibilidade de mudança social sinalizada por Mészáros (2005), por si mesma não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social. As reformas, formas de incentivo e acesso destacadas neste estudo, situam-se em condicionantes em que apenas alguns ajustes menores podem ocorrer.

[...] as mudanças, sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

O objetivo analítico de situar as formas contemporâneas de incentivo e acesso ao Ensino Superior brasileiro, propositivamente, possibilitou visibilidade de que historicamente este Ensino foi restrito. Na breve contextualização histórica bem como no exercício de mapeamento de sua

expansão, prevaleceu, durante o percurso de menos de um século de história, a incisiva presença mercadológica de Instituições privadas. As tentativas de democratização do Ensino Superior brasileiro ampliaram o acesso a milhões de estudantes, ampliaram as Instituições Públicas, consoante relatórios técnicos do INEP evidenciados ao longo deste estudo, todavia, o Estado como garantidor desse acesso e permanência, têm se isentado de enfrentamentos estruturantes. Quiçá, a Educação para além do capital, seja propulsora de problematizações constantes de pesquisadores e de reformulações balizadoras do Ensino Superior brasileiro, ainda que, se insira em um campo de contraconduta.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela (2003, n. 22). Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*.
- BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves (2011, p. 355-374). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Rev. Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Educação (2003-2014). A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Extraído em 26 de julho de 2016 desde http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192.
- Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (2014-2024). Plano Nacional de Educação, 2014-2024. Extraído em 10 de julho de 2016 desde <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.
- BRASIL. Censo da educação superior (2013-2015). Resumo técnico – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Extraído em 15 de julho de 2016 desde http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf.
- CARMO, Erinaldo Ferreira; et al. (2014). Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Rev. bras. Estud. pedagog.* (online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327.
- DALE, Roger (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55.
- IESALC – Unesco – Caracas (2002). A educação Superior no Brasil. Porto Alegre, 2002. Extraído em 23 de julho de 2016 desde <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>.
- MÉSZÁROS, István (2005). A Educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo.
- OLIVE, Arabela Campos (2002). Histórico da educação superior no Brasil. In: IESALC – Unesco – Caracas. A Educação Superior no Brasil. Porto Alegre. Extraído em 24 de junho desde <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>.
- SAMPAIO, Helena (2000). Ensino Superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec/FAPESP.

- SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de (2009). ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes. IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis.
- SILVA, Camila Croso; AZZI, Diego; BOCK, Renato (Org.) (2005). Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina. São Paulo: Ação Educativa.
- SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al (2007, p. 641-659). A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da (2015). Sennett & a Educação. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora.
- SENNETT, Richard (2006). A cultura do novo capitalismo. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (2002). Os principais atores da educação superior no Brasil. In: IESALC – Unesco – Caracas. A Educação Superior no Brasil. Porto Alegre. Extraído em 24 de junho de 2016 desde <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (2002). O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica. In: IESALC – Unesco – Caracas. A Educação Superior no Brasil. Porto Alegre. Extraído em 24 de junho de 2016 desde <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>.
- TEIXEIRA, Anísio (1989). Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- UNESCO. Conferencia Mundial sobre la Educación Superior (2009). La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo. Paris.